

# CIENTIFICISMO E NEGACIONISMO NO ATIVISMO ANTIGÊNERO DO OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA

## SCIENTISM AND DENIALISM IN THE ANTI-GENDER ACTIVISM OF THE OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA

Ana Kelma Cunha Gallas 1  
Olívia Cristina Perez 2

**Resumo:** Este estudo investiga o uso de táticas científicas pelo Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB), organização do terceiro setor que vem atuando como um think tank do movimento antigênero no Brasil. Problematisa-se como o uso de discursos com adornos científicos se constitui uma mudança de paradigma nos movimentos antigêneros contemporâneos. Adota-se como hipótese que o OIB é um think tank antigênero que se utiliza do discurso científico para conseguir uma maior penetração nos ambientes considerados laicos, especialmente em universidades e instituições políticas. As técnicas de análise de conteúdo e de discurso foram utilizadas no tratamento dos dados. Conclui-se que, nesse contexto discursivo, o sintagma “ideologia de gênero” tem sido utilizado de forma recorrente pelo Observatório Interamericano de Biopolítica para atacar a educação sexual na escola, os direitos reprodutivos e os estudos de gênero.

**Palavras-chave:** Observatório Interamericano de Biopolítica. Think Tank. Gênero. Cientificismo. Direitas.

**Abstract:** This study investigates the use of scientific tactics by the Observatório Interamericano de Biopolítica – OIB, a third sector organization that has been acting as a think tank for the anti-gender movement in Brazil. It discusses how the use of scientific discourse constitutes a paradigm shift in contemporary anti-gender movements. The hypothesis is that OIB is an anti-gender think tank that uses scientific discourse to achieve greater penetration in secular environments, especially universities and political institutions. The techniques of content and discourse analysis were used to process the data. The conclusion is that in this discursive context, the phrase “gender ideology” has been used repeatedly by the Observatório Interamericano de Biopolítica to attack sex education in schools, reproductive rights and gender studies.

**Keywords:** Observatório Interamericano de Biopolítica. Think Tank. Gender. Scientism. The Right.

- 1 Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Políticas Públicas na UFPI. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Av. Prof. Valter Alencar, 665 - São Pedro, Teresina - PI, 64019-625. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5948-1505>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4880694253138298>. E-mail: [kemagallas@outlook.com](mailto:kemagallas@outlook.com)
- 2 Doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Tem estágio pós-doutoral no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO/CINDE). É Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI) vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. UFPI - Universidade Federal do Piauí. Departamento de Ciência Política. Teresina – PI – Brasil. 64049-550. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>. E-mail: [oliviaperez@ufpi.edu.br](mailto:oliviaperez@ufpi.edu.br)

## Introdução

Nas últimas décadas, o discurso antigênero tem emergido como um dos principais eixos de mobilização de grupos conservadores, especialmente em contextos em que as pautas progressistas ganham força, como nos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos. A ascensão de *think tanks* conservadores, que atuam no movimento antigênero, como o Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB), ilustra esse fenômeno. O conceito de *think tank* tem sido amplamente entendido como uma estrutura com fins políticos, com considerável autonomia organizacional (Xifra, 2005), desempenhando um papel fundamental no *advocacy*, ou seja, na capacidade desenvolver um conjunto de ações estrategicamente definidas e orientadas, que busca promover mudanças em políticas.

Criado em 2014 pelo professor católico Felipe Nery Martins Neto, o OIB vem pautando, sistematicamente, debates sobre o gênero em ambientes considerados laicos, como universidades e instituições políticas. A organização também vem se notabilizando por suas táticas discursivas que combinam cientificismo e negacionismo para sustentar sua oposição a temas como a educação sexual, direitos reprodutivos e os estudos de gênero nas escolas.

Composto por intelectuais, professores, analistas e especialistas em marketing, o OIB se inseriu em diferentes esferas do poder, com ênfase na atuação em comissões parlamentares e outros espaços políticos, visando a influenciar a formulação de políticas públicas, principalmente nas áreas de gênero e sexualidade (Gomes, 2020). A organização recebeu apoio de instituições religiosas e de grupos contrários ao estudo de gênero, utilizando suas redes para difundir conteúdos alarmistas em igrejas, escolas confessionais, meios de comunicação e na sociedade civil (Magalhães, 2020, p. 37).

Essa articulação política também teve impacto direto no parlamento, em que o OIB desempenhou papel fundamental na supressão de debates sobre direitos sexuais e reprodutivos (Teixeira, 2019), com forte oposição à legalização do aborto. Entre os episódios marcantes, destaca-se sua atuação contra a Sugestão nº 15 (SUG-15), em 2014, que visava regulamentar a interrupção voluntária da gravidez no Sistema Único de Saúde (SUS).

Os discursos da organização, baseados em um cientificismo superficial, estruturam-se na negação de teorias amplamente aceitas nas ciências sociais, como o gênero enquanto construção social, oferecendo uma visão essencialista e biologicista das relações humanas. O cientificismo, definido como um discurso que se utiliza de adornos científicos para conferir legitimidade a investigações não científicas (Haack, 2012), é frequentemente associado à prática de *“advocacy research”*, caracterizada pelo uso seletivo de dados para justificar reivindicações sociais e morais (Gilbert, 1997).

Esse tipo de mobilização discursiva vem atravessando os eventos organizados pelo grupo para “defender a vida” e uma interpretação naturalista dos gêneros, ampliando a influência desses discursos tanto em espaços religiosos quanto seculares (Galzerano, 2021). Um desses eventos paradigmáticos foi o Seminário “Gênero, Aborto e Sociedade”, promovido no auditório da Câmara dos Deputados em maio de 2014, com a chancela da Liderança do PSC (Partido Social Cristão). Nesse evento, membros do OIB defenderam a ideia de que o planejamento familiar, incentivado por grandes ONGs internacionais, é “um eufemismo para a redução populacional” (Mantovani, 2014).

Nas comissões externas da Câmara Federal e no Congresso Nacional, o OIB também tem participado, desde 2014, de articulações para barrar a discussão de gênero nos currículos escolares. No Congresso, o OIB atuou, principalmente, ao lado do Escola Sem Partido, em campanhas contrárias “à inclusão da temática das relações de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação (PNE) e, posteriormente, em seus congêneres estaduais e municipais” (Miskolci; Pereira, 2019, p. 14). Na Câmara, em que teve assento na Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Educação, o OIB também participou das discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular na tentativa de impedir a discussão sobre as questões de gênero na escola.

Permeando tais questões, este estudo adota a seguinte pergunta de pesquisa: como o Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) utiliza o cientificismo e o negacionismo para legitimar seu discurso antigênero e influenciar as políticas públicas no Brasil, especialmente em

ambientes laicos e acadêmicos, como universidades e instituições políticas? Para responder a essa pergunta, o estudo buscará entender como os discursos do OIB se alinham a táticas de manipulação informacional e a criação de controvérsias artificiais, com o objetivo de impedir o avanço de pautas de direitos humanos, em particular daquelas relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Com base nesse questionamento, adotamos como hipótese que o OIB utiliza o cientificismo e o negacionismo como estratégias centrais para criar um discurso de neutralidade científica que, ao mesmo tempo, sustenta uma agenda moral conservadora. Ao mascarar seu viés ideológico com o uso seletivo de dados científicos, o OIB busca aumentar sua penetração em ambientes políticos e acadêmicos, ampliando o alcance de suas pautas antigênero.

O objetivo deste trabalho é discutir como o OIB, enquanto *think tank* conservador, instrumentaliza o cientificismo e o negacionismo para deslegitimar os avanços nos direitos reprodutivos e de gênero, utilizando esses discursos para construir uma narrativa que influi diretamente nas políticas públicas brasileiras. Para isso, serão analisados alguns discursos do OIB, com foco na atuação do observatório em eventos públicos, seminários e comissões parlamentares.

Este estudo adota métodos e técnicas qualitativas, incluindo análise documental, análise de discurso e revisão bibliográfica para examinar os discursos do OIB. A coleta de dados inclui documentos oficiais, discursos, material de campanha, cobertura midiática e depoimentos de atores envolvidos nos debates sobre políticas educacionais e gênero, disponíveis na internet.

Especificamente, os textos deste estudo foram coletados por meio de uma API (*Application Programming Interface*), programa automatizado na linguagem de script Python. A API permitiu acessar e extrair dados não estruturados, especialmente, textos dispersos da web (via http), a partir da palavra-chave “Observatório Interamericano de Biopolítica”, contemplando o período de 2012 a 2022. Para visualizar os resultados, todos os dados foram organizados em uma tabela (data frame), sendo os textos agrupados por data, identificação da fonte e respectivas URLs (endereço eletrônico). Posteriormente, de forma manual, os textos foram categorizados em tópicos temáticos a fim de facilitar o rastreamento de questões de pesquisa.

No processo de coleta foram encontradas 107 matérias em sites jornalísticos e blogs, 35 documentos relacionados à participação do OIB em atividades organizadas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, além de 26 vídeos depositados no canal do OIB no Youtube. Esse material constitui o *corpus* deste trabalho, sendo um amplo acervo de discursos dos quais ficam evidentes as categorias contestadas de gênero, sexo e sexualidade. Esses dados forneceram, sobretudo, subsídios para entender como o OIB mobiliza sua agenda antigênero no cenário político brasileiro.

Como contribuição, este trabalho se insere no campo dos estudos sobre o negacionismo científico e o ativismo antigênero, oferecendo uma análise detalhada de como essas táticas discursivas podem moldar a formulação de políticas públicas e impactar direitos fundamentais, como o acesso à educação sexual e à saúde reprodutiva.

## **Cientificismo e negacionismo no ativismo antigênero do OIB**

Estudos recentes apontam que o uso do cientificismo e do negacionismo em discursos antigênero é uma mudança de paradigma nos movimentos conservadores (Paternotte; Kuhar, 2017; Corrêa, 2021). O que antes se concentrava em argumentos religiosos ou morais agora utiliza uma linguagem pseudocientífica para aumentar sua legitimidade em ambientes laicos e acadêmicos. Pesquisas como as de Haack (2012) indicam que o negacionismo científico, muitas vezes travestido de ceticismo legítimo, é instrumentalizado por esses grupos para minar consensos científicos e manipular a opinião pública. Esse fenômeno, ainda pouco estudado, aponta para uma mudança estratégica dos movimentos antigênero globalmente.

No campo de estudos sobre o tema, Vaggione (2005) destacou que o discurso fundamentalista cristão vem se utilizando de um “secularismo estratégico”, considerado um deslocamento discursivo que imprime um caráter científico a argumentos de caráter religioso. A apropriação e reprodução do discurso científico secular têm sido recursos utilizados pelos movimentos antigênero “para neutralizar com credibilidade as desconfortáveis descobertas científicas que contrariam seus valores baseados na fé” (Valkovičová; Hardoš, 2018, p. 3). Grupos bem articulados também recorrem ao

cientificismo como uma importante ferramenta capaz de conferir legitimidade às investigações não científicas (Haack, 2012; Korolczuk, 2020). O OIB se insere nessa categoria, empreendendo esforços para mascarar seus discursos com uma dupla capa de “neutralidade” e “rigor” científico, que tornam as mensagens antigênero mais difíceis de refutar (Mcewen; Narayanaswamy, 2023).

Em seus discursos, o OIB tem defendido o sexo como uma categoria estável, biológica e binária, e entendendo, por outro lado, o gênero, como uma noção ideológica e ameaçadora, capaz de desorganizar toda a sociedade. Nery, sobretudo, tem insistido na retórica do “sexo natural”, em contraposição ao que considera “sexo ideológico” e antinatural, fabricado pelas teorias de gênero. A identidade, entendida como a estrutura capaz de conectar os sujeitos entre si, vincula-se conceitualmente à ideia de um corpo, dicotômico, situado em dimensões fixas e opostas, a partir da noção de sexo masculino e feminino. Essa elaboração, que parte de um pensamento essencialista, adota como fulcro uma ontologia biologizante, assentada no primado do corpo natural sobre o corpo social e subjetivado. Como Nery explica:

Se qualquer pessoa pensasse que gênero é masculino e feminino, estaria perfeito, ótimo, né? Na verdade, a palavra não deveria ser gênero e, sim, sexo masculino e feminino. Mas se fosse isso estaria muito bem. O problema é que esta palavra foi raptada. O sentido das palavras tem sido raptado. Já faz muito tempo. E aqui é a questão. Há uma guerra de linguagem (Nery, 2014a).

O uso das ciências biológicas como recurso de validação de crenças ontológicas sobre a relação sexo-gênero tem sido recorrente no OIB. Assim, o grupo não tenta negar a ciência, mas desafiar a produção social de significados, como a do gênero, firmando suas próprias representações na linguagem. Nessa ordem de pensamento, gênero, desvinculado na noção de sexo, passa a ser entendido como antinatural ou, sobretudo, como um engodo meramente linguístico. Assim, a retórica biologizante utilizada por grupos como o OIB cumpre duas funções principais: validar cientificamente teorias essencialistas; e afastar o discurso antigênero da ortodoxia dogmática religiosa, aproximando-o do secularismo praticado nos meios acadêmicos.

Essa estratégia retórica tem sido usada, também, frequentemente, para escamotear a transfobia praticada pelo grupo. Um exemplo foi a entrevista de Nery ao Domingo Espetacular (TV Record), em 2018, quando se discutia o “drama de quem se arrependeu de mudar de sexo”<sup>1</sup>. Nery (2018) afirma que

o que existe é a biologia, e a biologia é o teu sexo, a tua anatomia. Só que gênero é a forma como você se vê, como você se compreende. Porém você não tem como desvincular a biologia. Nós temos um corpo, temos hormônios.

A noção de “natureza” apresentada nesses discursos traz uma interpretação hegemônica e ingênua da biologia como ontologia, entendendo que entidades naturais, como genes, hormônios ou neurônios, determinam todas as dinâmicas sociais (Kuhar; Paternotte, 2017). Observa-se, dessa forma, que, nos argumentos antigênero adotados por organizações como o OIB, as teorias de gênero são entendidas como ideológicas e desconectadas das, supostamente, “inquestionáveis descobertas das ciências naturais, especialmente de estudos biológicos, médicos e psicológicos” (Paternotte; Kuhar, 2017, p. 6).

Fernanda Takitani (2014a), outra integrante do OIB, também se utiliza da mesma estratégia discursiva no Seminário “Mulher, Família e Gênero” (2014), considerando enganosa a noção de gênero:

Então, para os ideólogos de gênero, uma pessoa tem uma autonomia total para renegar a sua biologia. Eu tenho órgãos

<sup>1</sup> Este vídeo foi removido do YouTube por violar as políticas de assédio e bullying da plataforma. Uma versão editada dessa reportagem, sem a fala de Felipe Nery está disponível no link: [https://www.facebook.com/recordtvoficial/videos/domingo-espetacular-conta-o-drama-de-quem-se-arrependeu-de-mudar-de-sexo/1159042797576632/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/recordtvoficial/videos/domingo-espetacular-conta-o-drama-de-quem-se-arrependeu-de-mudar-de-sexo/1159042797576632/?locale=pt_BR).

genitais femininos, mas se eu quiser me considerar um homem, eu preciso abrir mão dessa realidade anatômica, biológica, e fazer o que minha vontade quer (extraído do trecho: 16-2:19).

Essa visão está presente, também, no discurso proferido por Nery na Audiência Pública Ordinária da Comissão de Educação (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura), em 19 de setembro de 2019. Nessa ocasião, Nery (2019) disse considerar injusta a participação de atletas trans em campeonatos esportivos: “nós temos, em nosso país, jogador homem que joga em determinado esporte com mulheres e temos que negar o óbvio: ele tem mais potência física, fibras musculares, e a influência de hormônios”.

O OIB não apenas se utiliza de uma noção estreita de “natureza”, mas, sobretudo, considera as teorias de gênero como criações ideológicas, desconectadas da ciência, uma acusação que reflete práticas de negacionismo científico. Essas estratégias retóricas estão alinhadas ao que Eslen-Ziya (2020) denomina de “*troll science*”, uma referência à expressão “*trolling for suckers*” originada nos fóruns Usenet dos anos 1990. O “*trolling*” é a prática de provocar distrações deliberadas com o intuito de confundir ou manipular a audiência. No contexto do OIB, essa tática é utilizada para deslegitimar estudos sobre gênero e sexualidade, promovendo pânico moral ao apresentar informações manipuladas ou anedóticas como dados científicos. Um exemplo claro é a associação feita entre discussões sobre gênero e a normalização de práticas extremas, como a pedofilia, desviando o foco de debates mais pertinentes e alarmando a opinião pública com informações distorcidas. Ao apropriar-se dessa estratégia, o OIB cria uma camada de aparente credibilidade científica que, na verdade, mascara suas intenções ideológicas conservadoras, dificultando o confronto direto com o discurso acadêmico legítimo. Essa tática discursiva vem se estendendo para o interior de instituições consideradas laicas, que adotam o discurso secular, especialmente, por meio de conferências acadêmicas, seminários e publicações. Por meio dessas estratégias, “a governança discursiva é implementada, tornando o movimento antigênero um campo alternativo de produção de conhecimento” (Eslen-Ziya, 2020, p. 7).

No OIB, o uso do “*troll Science*” visa, sobretudo, a provocar pânico moral. Quando Fernanda Takitani (2014b) discute o caso de David Reimer, cujo sexo biológico foi alterado cirurgicamente pelo médico John Money, ela associa o processo transexualizador a uma engenharia social perversa, capaz de destruir não apenas o sujeito trans, mas a sua própria família:

A família de David Reimer acabou desestruturada por completo, a mãe ficou depressiva, tentou suicídio. O pai acabou desenvolvendo um alcoolismo severo. O irmão dele, Bruce, desenvolveu esquizofrenia e teve um sério envolvimento com drogas na adolescência. O irmão, infelizmente chegou a falecer por conta de uma overdose de medicamentos para a esquizofrenia. Até hoje a gente não sabe se intencional ou se foi um acidente. Por fim, o David não aguentando tudo isso, acabou por se suicidar com um tiro. Então, esse é o final da história do experimento que tentou provar que gênero está completamente desvinculado do sexo ao qual nascemos (extraído do trecho: 30:23-30:25).

Da mesma forma, Nery encara o gênero como uma espécie de “cavalo de troia, capaz de desorganizar toda uma estrutura social. Na matéria do Domingo Espetacular (TV Record), por exemplo, Nery (2018) argumenta que políticas públicas voltadas para atender a populações LGBTQ+, como o processo transexualizador, foram implementadas com a finalidade de promover uma nova sociedade, mas acabaram por fomentar a sua própria destruição: “Qual o problema que as pessoas não entendem? É o seguinte: existem pilares da sociedade. Quais são os pilares? Vida e família são dois deles. São esses dois pilares que sustentam a sociedade e que muitos desses organismos querem desconstruir” (Nery, 2018).

Ao tomarem a natureza como um parâmetro estável diante das contingências, incertezas e pluralismos da sociedade contemporânea, o ativismo antigênero centra esforços para demonstrar “gênero” como um termo não apenas equivocado, mas perigoso. No entanto não se trata de

desconhecimento sobre o que são as teorias de gênero, mas de uma ambição em “estabelecer um novo paradigma nas ciências sociais, baseado em verdades religiosas sobre família, sexualidade e sociedade” (Korolczuk, 2020, p. 695).

## Cientificismo e *advocacy research* como recurso discursivo

Grupos dos movimentos antigênero, como o OIB, costumam acionar um arsenal de argumentos familistas e LGBTfóbicos, que combinam a noção de “família natural”, em referência aos direitos humanos e à defesa do mais o fraco. Nesses termos, “em vez de reivindicarem a inferioridade das mulheres e das pessoas LGBT+, ativistas enfatizam a noção de ‘natureza humana’, cuja principal característica é ser a complementaridade entre os sexos” (Garbagnoli, 2017, p. 160). Da mesma forma, esses grupos se contrapõem aos direitos das mulheres em assuntos como o aborto, entendendo esse ato como “infanticídio”. Resignificando o direito ao aborto como homicídio, crianças não nascidas são apresentadas como “vítimas inocentes do egoísmo e impulsos hedonistas” (Garbagnoli, 2017, p. 160). Esse recurso retórico está presente, especialmente, em manifestações contra o aborto, no qual ativistas pró-vida trazem cartazes onde são vistas imagens de bebês e crianças assustadas, acompanhadas de slogans que evocam o direito à vida ou mesmo “o direito dos filhos de ter pai e mãe” como uma verdade biológica à qual não se pode opor.

Nessa mesma lógica, os ativistas antigênero mobilizam “um conjunto de argumentos retóricos em que a família conjugal heterossexual é o fundamento da humanidade, da civilização e da própria unidade nacional” (Garbagnoli, 2017, p. 160), enquanto apresentam as relações entre LGBT+ como antinaturais e socialmente disruptivas. Essa retórica excludente apoia-se, sobretudo, na estigmatização das uniões entre LGBT+ e de sua possível prole. Nesse tropo reacionário, essas uniões são vistas não apenas como antinaturais, mas como imorais e ilegítimas, sendo um mal a ser combatido ou eliminado. Por outro lado, discursivamente, os LGBT+ não são vistos como minorias, oprimidas e estigmatizadas, as quais se deve respeitar e proteger, mas como atores políticos amparados por lobbies poderosos (Perreau, 2016).

As táticas retóricas empregadas por Nery e outros membros do OIB incluem a criação de narrativas alarmistas que associam a discussão de gênero com práticas sociais extremas e moralmente repugnantes, como a pedofilia, segundo ele, rotulada por progressistas como “amor entre gerações”. O uso estratégico desse tipo de pânico moral serve, especialmente, para mobilizar a base conservadora e a opinião pública contra mudanças sociais. O conceito de pânico moral, conforme definido por Cohen (2011), refere-se a um estado de alarme social exagerado sobre um grupo ou fenômeno percebido como ameaça aos valores estabelecidos. No caso do OIB, essa estratégia é amplamente utilizada para mobilizar a opinião pública contra o avanço de pautas progressistas, especialmente em questões de gênero e sexualidade.

Parte desses recursos discursivos advém de estratégias retóricas da *advocacy research*, definidas por Gilbert (1997, p. 101) como uma forma de pesquisa que é realizada por pessoas que “estão profundamente preocupadas com determinados problemas sociais”. Assim, o objetivo explícito dessa modalidade de pesquisa não é entender fenômenos sociais, mas “promover mudanças sociais ou políticas” (Gilbert, 1997, p. 104).

Gilbert (1997) argumenta que essas práticas não apenas distorcem a percepção pública dos problemas, mas também resultam em políticas públicas que podem ser ineficazes e injustas. Ele exemplifica essas distorções ao discutir a pesquisa sobre abuso infantil e estupro, em que definições amplas e estimativas infladas criam uma sensação de crise desproporcional à realidade. Dessa forma, enquanto uma ferramenta poderosa utilizada para influenciar a opinião pública e a formulação de políticas sociais, essa modalidade de pesquisa tem sido amplamente adotada por ativistas e grupos de interesse que buscam promover suas agendas específicas, frequentemente através da manipulação e distorção de dados para criar narrativas persuasivas.

É possível encontrar, na produção de discursos do OIB, táticas recorrentes de *advocacy research*, como as descritas por Gilbert (1997, p. 123) em seu estudo clássico: 1) definir um problema de maneira tão ampla que abranja quase todas as dificuldades humanas; 2) generalizar um problema que afeta apenas a um grupo; 3) utilizar uma variedade de estudos e relatórios menos relevantes, como “um bloco cumulativo de evidências em apoio aos achados”; 4) alegar a validade

dos achados por meio de sua publicação em periódicos profissionais.

Em 2019, na palestra “Revolução Sexual” (04/01/19), registrada em vídeo e publicada pelo canal Canção Nova Play, no Youtube, Nery recorre diversas vezes a esse tipo de pânico moral, fazendo uma escolha seletiva de casos anedóticos para generalizar suas afirmações e criar, assim, narrativas emocionais para despertar nojo, medo ou mobilizar revolta. Nery (2019b), por exemplo, vincula a chamada revolução sexual a uma agenda da “ideologia de gênero”. Quando cita o pesquisador Alfred Kinsey, vincula as suas pesquisas ao abuso de crianças:

Alfred Kinsey, com a sua equipe de sexólogos, abusou de 317 crianças com cronômetro em mãos, vendo na criança de quatro meses até seus 17 anos, vendo quantas vezes ela chegava ao ápice, das mais variadas formas (extraído do trecho: 14:18-14:48) (Nery, 2019b).

Nery cita Alfred Kinsey, uma figura histórica controversa para inflamar as emoções do público contra discussões sobre sexualidade e gênero, associando a pesquisa sobre sexualidade aos abusos sexuais contra crianças, embora sem fornecer contexto ou evidências detalhadas.

A mesma estratégia é usada por Nery (2019b) quando trata do tema pedofilia:

Eu não sei se já ouviram que, na Holanda, um partido político advoga pelo direito do chamado amor intergeracional. Amor intergeracional é só o uso da linguagem para esconder a pedofilia. “Ah, não, não é violência, é que tenho amor por aquela criança, eu quero ter relação com ela...” e a partir disso a alargar a legislação (extraído do trecho: 25:24-25:55).

Nery menciona um partido na Holanda que supostamente promove a pedofilia sob o disfarce de “amor intergeracional”. Essa afirmação tem em vista criar uma associação entre movimentos de direitos sexuais e a normalização da pedofilia, uma estratégia típica de pânico moral para deslegitimar tais movimentos. Nery (2019b) também dissemina a ideia de que, no Brasil, também ocorrem tentativas de legitimar e legalizar a pedofilia: “no congresso nacional, anos atrás, um deputado tentou passar uma coisa assim: mas, não, ‘o Brasil precisa modificar seu modo de pensar sobre o amor intergeracional’” (extraído do trecho: 26:00-26:13). O autor sugere que há tentativas legislativas no Brasil para normalizar a pedofilia, novamente sem fornecer detalhes concretos. Essa alegação serve para alarmar o público e mobilizar oposição contra qualquer discussão de gênero e sexualidade nas políticas públicas. Suas declarações são projetadas para criar um estado de medo e urgência no público, mobilizando-o contra políticas que ele associa à “ideologia de gênero”.

Em seu estudo basilar sobre pânico moral, Cohen (2011) observa que uma condição, episódio, pessoa ou grupo definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais são apresentados de uma maneira estilizada e estereotipada. Nos desdobramentos do processo, barricadas morais são erguidas e fortalecidas, enquanto peritos socialmente reconhecidos são chamados a se pronunciarem, emitindo diagnósticos e soluções (Cohen, 2011).

Cohen (2011, p. 8) adverte que, embora os fatos, em si, possam ter sido exagerados em comparação com outros problemas mais graves, chamar algo de “pânico moral” não implica que algo não existe ou não aconteceu, ou mesmo que essa reação seja baseada em fantasia, histeria, delírio e ilusão: “esta rotulagem deriva de uma recusa deliberada por parte de liberais, radicais e esquerdistas de levar a sério as ansiedades públicas”.

Também é possível identificar várias táticas de *advocacy research* descritas por Gilbert (1997) na palestra do advogado Henrique Lima, durante o evento “Discutindo a Identidade de Gênero”, em 2014, na ALERJ. Lima começa apresentando a ideologia de gênero como uma ameaça à natureza humana, ampliando o escopo do problema ao conectar a questão ao casamento tradicional, sugerindo que a “ideologia de gênero” é uma ameaça universal a todos os fundamentos sociais e naturais, considerando “o casamento tradicional feito por um homem, uma mulher e os filhos” como “uma invenção cultural, uma invenção social, uma invenção religiosa”. Lima também generaliza a questão, apresentando a “ideologia de gênero” como um problema que afeta não apenas grupos específicos, mas toda a humanidade. Ao falar de uma “verdade antropológica do

homem” que está sendo negada pela ideologia de gênero, Lima generaliza ao supor que todos são afetados por aquilo que ele entende como uma “distorção das leis naturais”.

Em sua palestra no debate sobre identidade de gênero, na ALERJ, em 2014, Nery também se utiliza de estratégias retóricas e os métodos de manipulação emocional a fim de provocar uma sensação de ameaça e urgência. Para ele, “o objetivo dessa ideologia de gênero é justamente abolir a família” (extraído do trecho: 08:12) (Nery, 2014b). Segundo ele, “em países onde a ideologia de gênero foi implementada, estamos vendo a destruição da família tradicional e o aumento exponencial de problemas sociais” (extraído do trecho: 10:45) (Nery, 2014b).

Para Nery (2014b), há uma “guerra” em curso contra valores religiosos e familiares, o que é uma técnica clássica de pânico moral: “nós estamos testemunhando uma guerra cultural, onde o objetivo é destruir os valores cristãos e a estrutura familiar que sustentam nossa sociedade” (extraído do trecho: 25:10). Essa guerra cultural seria “impulsionada por organismos internacionais que querem impor seus valores sobre nossa sociedade, minando nossa soberania” (extraído do trecho: 35:50). Usando dos mesmos recursos retóricos, Nery (2014b) exagera os possíveis impactos sociais dessa “ideologia de gênero”, criando um senso de urgência e crise: “se permitirmos que essa ideologia se enraíze, veremos um aumento sem precedentes em confusão de identidade, problemas de saúde mental e desintegração social” [45:20].

Nery (2014b) também endossa que o objetivo das políticas progressistas, entre elas as que asseguram os direitos sexuais e reprodutivos, é o controle populacional. No entanto ele considera que essa discussão se trava, especialmente, em nível da linguagem: “no ano de 1952 se falava de controle populacional [...] depois a palavra é alterada, ano depois, para ‘planejamento familiar’ e a mudança já é bem significativa” (extraído do trecho: 06:16). A narrativa de Nery sobre a mudança terminológica de “controle populacional” para “planejamento familiar” e depois para “direitos sexuais e reprodutivos” sugere que essa discussão é conduzida artificialmente e em nível retórico.

Como observa Garbagnoli (2017, p. 160), a retórica antigênero tem como finalidade produzir um efeito político e para isso, precisa desenvolver um discurso socialmente aceitável e discurso audível:

por essa razão, os manifestantes antigênero realizam um protesto formal, arregimentando argumentos familistas e homofóbicos, combinado à noção de “família natural”, com referências aos direitos humanos e à defesa do mais fraco.

Como outras organizações antigênero no mundo, o dispositivo utilizado para desencadear o pânico moral tem sido a “ideologia de gênero”, espinha dorsal de muitas fórmulas discursivas. A ideia de que há um mal, enganosamente inocente ou difícil de reconhecer, que vem destruindo as estruturas sociais, é utilizado como argumento para a necessidade de especialistas credenciados, que devem explicar os perigos escondidos atrás do que é entendido como superficialmente inofensivo.

## Considerações finais

O presente estudo analisou as estratégias discursivas adotadas pelo Observatório Interamericano de Biopolítica no contexto do ativismo antigênero no Brasil. Ao longo da pesquisa, foram destacadas as táticas de cientificismo e negacionismo utilizadas pela organização para legitimar suas posições, influenciar políticas públicas e disseminar discursos conservadores em espaços laicos, como universidades e comissões parlamentares. As técnicas de análise de discurso, aliadas à revisão bibliográfica, permitiram identificar como o OIB instrumentaliza dados científicos de forma seletiva para sustentar uma narrativa de neutralidade científica, enquanto promove uma agenda moral contrária aos direitos sexuais e reprodutivos.

O estudo confirmou a hipótese inicial de que o OIB se vale do cientificismo para mascarar seu viés ideológico, conferindo uma aparência de rigor às suas reivindicações. Essa abordagem é fundamental para aumentar a penetração do discurso antigênero em ambientes acadêmicos e seculares, aproximando-o do secularismo enquanto rejeita consensos científicos estabelecidos, como a construção social do gênero. Além disso, verificou-se que o negacionismo científico é

uma tática recorrente nos discursos do OIB, especialmente na negação das teorias de gênero e na deslegitimação de estudos que defendem os direitos das populações LGBTQIA+.

Os resultados desta análise contribuem para uma compreensão mais ampla de como os *think tanks* conservadores, que atuam no movimento antigênero, utilizam o discurso científico para legitimar suas pautas. Destaca-se, dessa forma, o OIB como um ator político relevante na promoção de agendas antigênero no Brasil que, por meio de práticas de manipulação informacional e da produção de discursos cientificistas contra o gênero, ajuda a consolidar uma agenda conservadora no Brasil.

## Referências

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. Abingdon: Routledge, 2011.

CORRÊA, Sonia. **Políticas antigênero na América Latina**: resumos dos estudos de casos nacionais. Tradução: Nana Soares. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.

GALZERANO, Luciana Sardenha. A ofensiva antigênero na sociedade brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 82-104, 2021.

ESLEN-ZIYA, Hande. Right-wing populism in New Turkey: leading to all new grounds for troll science in gender theory. **HTS Teologiese Studies/Theological Studies**, v. 76, n. 3, 2020.

GARBAGNOLI, Sara. Italy as a lighthouse: anti-gender protests between the “anthropological question” and national identity. In: PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman (ed.). **Anti-gender campaigns in Europe**: Mobilizing against equality. London: Rowman & Littlefield, p. 151-173, 2017. p. 151-73.

GILBERT, Neil. Advocacy research and social policy. **Crime and justice**, v. 22, p. 101-148, 1997.

GOMES, Carla de Castro. **Propagação dos termos “Ideologia de Gênero” e “aborto” nas mídias escritas brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório de Sexualidade e Política (SPW), 2020.

HAACK, Susan. Seis sinais de cientificismo. **Logos & Episteme**, v. 3, n. 1, p. 75-95, 2012.

KOROLCZUK, Elżbieta. Counteracting challenges to gender equality in the era of anti-gender campaigns: competing gender knowledges and affective solidarity. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, Winter, v. 27, n. 4, p. 694-717, 2020.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (ed.). **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality**. New York, London: **Rowman & Littlefield**, 2017.

LIMA, Henrique. **Debate sobre Identidade de Gêneros na Alerj - 15/09/14** - Henrique Lima. [S. l.: s. n.], 15 ago. 2014. 1 vídeo (49 min 37 s). Publicado pelo canal Observatório Interamericano de Biopolítica. Disponível em: <https://youtu.be/vYuLqTUsEwE>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MAGALHÃES, Juliana Guidi. **Os fundamentos liberais conservadores da ideologia de gênero e do programa “escola sem partido”**: a práxis educativa como alternativa no ensino de sociologia crítica. 190 p. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília-SP, 2020.

MANTOVANI, Isabella. **3. Elaboração das Estatísticas de Aborto no Mundo - Dra. Isabella Mantovani - 27/05/2014**, 27 maio 2014. 1 vídeo (1 h 04 min 04 s). Publicado pelo canal Helder Alves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-DtJQtnB-qc>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MCEWEN, Haley; NARAYANASWAMY, Lata. The international anti-gender movement: understanding the rise of anti-gender discourses in the context of development, human rights and social protection. **UNRISD Working Paper**, n. 2023-06, 2023.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Educação e saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019.

NERY, Felipe. **Audiência Pública Ideologia de Gênero na legislação brasileira 18 08 2014**, 18 ago. 2014a. 1 vídeo (1 h 41 min 53 s). Publicado pelo canal Observatório Interamericano de Biopolítica. Disponível em: <https://youtu.be/NO51AdsCPJO>. 2014a. Acesso em: 20 jan. 2022.

NERY, Felipe. **Debate sobre Identidade de Gêneros na Alerj - 15/9/14 - Felipe Nery**, 15 set. 2014b. 1 vídeo (34 min 48 s). Publicado pelo canal Observatório Interamericano de Biopolítica. Disponível em: <https://youtu.be/pwchUBpF5HQ>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NERY, Felipe. **Domingo Espetacular conta o drama de quem se arrependeu de mudar de sexo**, 23 set. 2018. 1 vídeo. Publicado pelo canal Domingo Espetacular. Disponível em: <https://youtu.be/ZEM-fccs7kM>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NERY, Felipe. **Audiência Pública Ordinária da Comissão de Educação**. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, 19 set. 2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019a. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/57135>. Acesso: 30 jun. 2024.

NERY, Felipe. **Revolução Sexual - Professor Felipe Nery (04/01/19)**, 04 jan. 2019b. 1 vídeo (1 h 03 min 40 s). Publicado pelo canal Canção Nova Play. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=rFBAltSvN08>. Acesso: 30 jun. 2024.

PATERNOTTE, David; KUCHAR, Roman. The anti-gender movement in comparative perspective. In: KUCHAR, Roman; PATERNOTTE, David (org.). **Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality**. London: Rowman & Littlefield Internacional Ltda, 2017. p. 253-276.

PERREAU, Bruno. The power of theory: same-sex marriage, education, and gender panic in France. In: BALL, Carlos A. **After Marriage Equality: the future of LGBT rights**. New York: New York University Press, 2016. p. 306-340.

TAKITANI, Fernanda. **Antecedentes Históricos e Filosóficos da Questão de Gênero**, 13 mar. 2014a. 1 vídeo (1 h 48 min 42 s). Publicado pelo canal Jardim da Imaculada. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=ZoHUVekwrMQ>. Acesso: 30 jun. 2024.

TAKITANI, Fernanda. **2. A Experiência Sueca - Prof.ª Fernanda Fernandes Takitani - 27/05/2014**, 27 maio 2014b. 1 vídeo (1 h 12 min 12 s). Publicado pelo canal Helder Alves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zFtcSpakWYw>. Acesso em: 25 jan. 2022.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **"Ideologia de gênero"?: as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional**. 2019.

VAGGIONE, Juan Marco. Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious. **Social Theory and Practice**, v. 2, p. 233-255, 2005.

VALKOVIČOVÁ, Veronika; HARDOŠ, Pavol. Science wills it!: The use of scientific claims in "anti-gender" rhetoric. In: **ENGENDERINGS**. London, 5 nov. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/EngenderingsScienceWillsIt\\_TheUseofScientificClaimsInAnti-GenderRhetoric.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/EngenderingsScienceWillsIt_TheUseofScientificClaimsInAnti-GenderRhetoric.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.

XIFRA, Jordi. Los *think tank* y *advocacy tank* como actores de la comunicación política. **Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura**, n. 32, p. 73-91, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/15173-Text%20de%20l'article-179894-1-10-20090507.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024

Recebido em 19 de janeiro de 2024

Aceito em 12 de abril de 2024